

COMISSÃO DA AMAZÔNIA, INTEGRAÇÃO NACIONAL E DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 284, DE 2002

Acrescenta inciso ao Art. 1º da Lei Complementar nº 68, de 13 de junho de 1991, que "dispõe sobre a composição do Conselho de Administração da Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA".

Autor: Deputada Vanessa Grazziotin

Relator: Deputado Henrique Afonso

I - RELATÓRIO

De autoria da Nobre Deputada Vanessa Grazziotin, o Projeto de Lei Complementar em exame acrescenta inciso à Lei Complementar nº 68, de 13 de junho de 1991, que dispõe sobre a composição do Conselho de Administração da Superintendência da Zona Franca de Manaus, SUFRAMA, nele incluindo dois representantes dos setores acadêmico e de pesquisa científica, sendo um indicado pelo Instituto de Pesquisas da Amazônia - INPA, e o outro escolhido, em sistema de rodízio a cada dois anos, entre os membros das Instituições Federais de Ensino Superior instaladas na área de atuação da SUFRAMA.

Na justificação, a Autora argumenta que a ausência de representantes do meio acadêmico-científico na constituição do Conselho de Administração da SUFRAMA configura uma lacuna que precisa ser preenchida, com o objetivo de aprimorar o desempenho da instituição, especialmente na área de suporte técnico às ações voltadas para a promoção do desenvolvimento

regional, em um momento em que se buscam alternativas para diversificação das atividades econômicas por meio da inserção de novos produtos obtidos a partir dos recursos naturais ali existentes.

Entre as entidades cuja participação é considerada essencial, nesse caso, a Nobre Proponente aponta o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia - INPA, pelo fato de ser este uma instituição histórica, que vem prestando grande contribuição ao desenvolvimento científico e tecnológico na região. Igualmente importante, na opinião da Autora, é a presença no Conselho de Administração da SUFRAMA de representantes do meio acadêmico, tendo em vista seu vasto conhecimento teórico e prático da realidade regional.

Submetida à apreciação da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, a proposição em tela recebeu parecer pela aprovação, por unanimidade.

É o Relatório.

II - VOTO DO RELATOR

A discussão a respeito das formas e instrumentos mais adequados para promover o desenvolvimento da Amazônia há muito deixou de ser uma questão de cunho emocional para transformar-se em assunto de natureza científico-social e tecnológica. Nesse contexto, o conhecimento tradicional adquirido a partir da observação e da experiência secular do caboclo amazônico representa uma fonte valiosa de estudos e pesquisas nos âmbitos acadêmico e técnico-científico, estando a merecer, portanto, da parte das instituições públicas e privadas que atuam na promoção do progresso social, econômico e tecnológico da região, associado à preservação ambiental, uma atenção cada vez maior.

A proposição em análise, ao sugerir a inclusão de representantes das comunidades acadêmicas, científicas e tecnológicas nos processos de tomada de decisão a respeito do futuro da Amazônia, vem plenamente ao encontro desse novo direcionamento na busca de caminhos que

levem ao desenvolvimento sustentável da região, proporcionando, ao mesmo tempo, melhores condições de vida aos seus habitantes.

Assim sendo, manifestamo-nos, portanto, pela **aprovação** da proposição em exame, tendo em vista seu inquestionável mérito.

Sala da Comissão, em de de 2004.

Deputado Henrique Afonso
Relator